

## TERCEIRO SETOR: INFORMAÇÕES CONTÁBEIS UTILIZADAS PARA GESTÃO DAS ENTIDADES DE DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS, LOCALIZADAS EM CASCAVEL, PARANÁ NO ANO DE 2016.

NITSCHKE, Amanda Carolina<sup>1</sup>  
LIMA, Andressa, Batista de<sup>2</sup>  
SILVA, José Roberto Domingues da<sup>3</sup>  
amanda\_nitsche@hotmail.com  
andressab65@gmail.com

### RESUMO

O Presente artigo tem por objetivo buscar quais informações contábeis são utilizadas pelas entidades do terceiro setor no ramo de defesa e garantia de direitos localizadas na cidade de Cascavel no estado do Paraná no ano de 2016, conforme se apresenta ao decorrer do artigo será observada a diferença mais aprofundada entre as instituições que formam o terceiro setor que são as associações e fundações, classificadas como ONGS, instituto, organização, dentre outras denominações. Serão demonstradas também quais demonstrações contábeis às entidades devem apresentar de acordo com a legislação. Para o desenvolvimento deste, foi seguido o que se apresenta na metodologia aplicada, com uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, a coleta de dados através do método de levantamento ou *survey*. Sendo assim, foi aplicado um questionário para as entidades que se propuseram a responder, sobre informações próprias de cada entidade, sobre as atividades desempenhadas e informações contábeis elaboradas, bem como, as demonstrações obrigatórias e divulgadas, os relatórios contábeis desenvolvidos, a prestação de contas das mesmas e os relatórios pertinentes a esse fim. Assim como o grau de confiabilidade das informações contábeis no processo de tomada de decisão. Onde todas as informações em conjunto formam a gestão das instituições pesquisadas.

**Palavras-chave:** Terceiro Setor. Gestão. Informações Contábeis.

---

<sup>1</sup>Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

<sup>2</sup>Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

<sup>3</sup>Mestre em Administração. Professor do Curso Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

## INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor é composto por entidades com fins sociais, culturais, educativos, de auxílio e inclusão de pessoas na sociedade. As instituições que formam o terceiro setor são as associações e fundações, classificadas como ONGS, instituto, organização, dentre outras denominações. Ou seja, o Terceiro Setor é composto por organizações de natureza “privada” (sem o objetivo do lucro) dedicada à consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não seja integrante do Governo (administração estatal). (GRAZZIOLI *et al.*, 2015).

Mesmo sendo entidades tão específicas as que compõem esse setor econômico também necessitam da contabilidade, pois tem obrigações e deve prestar contas. A contabilidade auxilia essas organizações, tanto nos aspectos legais, quanto sociais. O presente estudo tem como objetivo analisar a utilização das informações contábeis para a gestão das entidades de Defesa e Garantia de Direitos localizadas em Cascavel, Paraná no ano de 2016.

Visando confirmar a necessidade da ciência contábil para essas organizações, para gestão da empresa, para o seu desenvolvimento, buscou-se responder a seguinte questão: Quais informações contábeis são utilizadas para gestão das entidades de Defesa e Garantia de Direitos localizadas em Cascavel, Paraná no ano de 2016?

Justificando-se a escolha do tema, como forma de obtenção de conhecimento mais aprofundado, para posterior conhecimento de outros acadêmicos, para as empresas componentes do terceiro setor, não apenas as que exercem atividade de Defesa e Garantia de Direitos, mas todas de maneira geral podem utilizar-se do estudo para pesquisa de auxílio à gestão das atividades desenvolvidas. Bem como toda sociedade que tenha interesse em conhecer o tema.

Outros estudos já foram elaborados sobre o tema, agregando informações sobre a atuação da contabilidade no terceiro setor em uma entidade religiosa, onde se constatou a relevância dos controles e demonstrações contábeis para proteção dos bens e recursos investidos. (DURÃS, OLIVEIRA, 2014). E controles gerenciais em entidade educacional sem fins lucrativos, em que foi concluída a necessidade de incrementar os controles já existentes na entidade pesquisada para melhor desenvolvimento da mesma. (MACHINI, 2016).

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

### Terceiro Setor

Segundo (GRAZZIOLI *et al.* 2015 apud PAES 2013) o terceiro setor é um conjunto de instituições sem fins lucrativos que possuem autonomia administrativa e tem como

objetivo prestar os mais variados serviços de forma voluntária para a sociedade visando auxiliar grupos sociais mais desfavorecidos.

O Terceiro Setor, composto pelas Entidades de Interesse Social, apresenta as seguintes características básicas:

- a) Promoção de ações voltadas para o bem-estar comum da coletividade;
- b) Manutenção de finalidades não lucrativas;
- c) Adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação ou fundação);
- d) Atividades financiadas por subvenções do Primeiro Setor (governamental) e doações do Segundo Setor (empresarial, de fins econômicos) e de particulares;
- e) Aplicação do resultado das atividades econômicas que porventura exerça nos fins sociais a que se destina;
- f) Desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do Estado. (MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL. p.23, 2008).

De acordo com essas características é possível observar que organizações do terceiro setor têm como principal característica desenvolver atividades benéficas da sociedade, sem finalidade lucrativa.

### **Categorias e Principais Características:**

#### **As Associações**

As Associações são formadas pela união de esforços de pessoas que trabalham sem objetivar o lucro e sim em prol do desenvolvimento das atividades exercidas. Segundo Melchor (2011) associação é uma entidade de direito privado, dotada de personalidade jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa. De modo geral as associações caracterizam-se por:

1. Reunião de duas ou mais pessoas para a realização de objetivos comuns (lembrando que a lei não define o número legal para criar uma associação);
2. Seu patrimônio é constituído pela contribuição dos associados ou de seus membros, por doações, subvenções. Não possui capital social, por isso dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras;
3. Seus fins podem ser alterados pelos associados;
4. Seus associados deliberam livremente;
5. São entidades do direito privado e não público. (CARDOSO *et al.*, 2014, p. 10).

Dentre as quais se destaca a característica número dois onde se encontra uma das principais diferenças das entidades do terceiro setor e as empresas com fins lucrativos “As Associações não possuem capital social, portanto seu patrimônio é formado por doações, reservas, e por taxas pagas pelos próprios associados”. (CARDOSO *et al.*, 2014, p. 12), essa é uma das principais características dessa categoria de organização.

## As Fundações

De acordo com CASONOVA, RONCONI, ZAMATARO (2005) as fundações se encontram no artigo 44 do código civil, como pessoas jurídicas de direito privado, juntamente com as associações, organizações religiosas, sociedades e partidos políticos. Entretanto devido ao fato de existir o patrimônio envolvido em sua atividade, que dá base para sua personalidade jurídica, sendo o que a diferencia das demais pessoas jurídicas mencionadas. A fundação se concretiza pela união de bens livres destinados a uma finalidade social, lícita e permanente. Esse patrimônio se constitui por uma dotação do seu instituidor que estabelecerá para que fim este patrimônio será destinado.

Segundo Grazioli *et al.* (2015) pode-se destacar cinco principais características das fundações: a finalidade, a origem, o patrimônio, o modo de administração e o velamento do Ministério Público.

## **Evidências Contábeis nas Entidades sem Fins Lucrativos**

Em 2012, o Conselho Federal de Contabilidade editou a ITG 2002 aprovada pela Resolução 1.409/12 que trata especificamente das Entidades Sem Fins Lucrativos. Observa-se que de acordo com a Resolução 2015/ITG2002(R1) as entidades sem finalidade e lucro devem elaborar o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas. Sendo, portanto, tais demonstrações definidas como:

### Balanço Patrimonial

Evidencia a situação patrimonial, financeira e econômica das empresas demonstra a situação da organização em determinado momento e por isso, trata-se de uma demonstração estática, é necessária a todas as organizações, inclusive para as sem fins lucrativos. De acordo com a Resolução (CFC N° 1.283/10) “O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade”.

### Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Nas organizações com fins lucrativos essa demonstração evidencia as receitas e despesas ocorridas em determinado período. Já nas entidades sem fins lucrativos o foco é outro. A “Demonstração do Resultado deve evidenciar, de forma segregada, as contas de

receitas e despesas identificáveis, por tipo de atividade.” (NBCTE, p.4). O lucro ou prejuízo deve ser denominado de superávit ou déficit.

#### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

A DMPL é uma demonstração mais completa e abrangente, já que evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício, inclusive a formação e utilização das reservas. Segundo a Resolução CFC nº 837/99 a demonstração evidencia em um período as contas patrimoniais que tiveram movimentações. E deve-se tratar como Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.

#### Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

Demonstração dos Fluxos de Caixa deve apresentar as entradas e saídas de recursos do caixa da entidade, sendo classificados como atividades operacionais, de investimento e de financiamento. De acordo com a NBC TG 03 as entidades devem elaborar a demonstração dos fluxos de caixa da forma mais apropriada para seus negócios, onde a divisão por atividades permite verificar quais atividades são mais relevantes para a empresa e o montante de caixa e equivalentes de caixa consumidos por essas atividades.

#### Notas Explicativas

As notas explicativas das entidades sem fins lucrativos não se diferenciam muito das empresas, apenas em alguns itens específicos da sua categoria. As notas explicativas devem incluir informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social. conforme relatado na Resolução CFC nº 837/99 são as principais atividades desenvolvidas pela fundação: os investimentos atuais e de períodos anteriores, os valores significativos de recursos e doações, informações sobre financiamentos de longo prazo, e sobre contingências no encerramento e efeitos futuros. Bem como outras informações adicionais que se julgue necessário explicar para melhor transparência e entendimento das demonstrações contábeis.

#### Sistema Orçamentário

O Sistema Orçamentário se caracteriza como uma peça fundamental para a contabilidade de entidades do terceiro setor, pois é através dele que serão apresentados os valores gastos pelas entidades em suas atividades assim como trazido por Olak (2012) O orçamento representa uma peça vital para a gestão das atividades e projetos da entidade. Este

se divide em dois subgrupos como Receita Orçamentária e Despesa Orçamentária, onde se pode notar uma melhor compreensão dos resultados apresentados.

#### Prestação de contas

De acordo com Oliveira (2009) a prestação de constas das entidades do terceiro setor está voltada a demonstrar o cumprimento de sua missão proposta, aplicando de forma correta os recursos obtidos, desenvolvendo sua atividade e todas as ações que se responsabilizou a cumprir. Comprovando sua veracidade moral e legal, com a apresentação dos relatórios e demonstrativos contábeis, bem como das receitas e despesas pertinentes ao período.

Oliveira ainda cita que existem dois tipos de prestação e contas a financeira e a não financeira, a financeira evidencia os resultados obtidos pela entidade, Já a prestação de contas não financeira é realizada pelas ONGs e demonstra as atividades que foram desenvolvidas,

O Ministério Público é responsável por fiscalizar a prestação de contas das fundações e segundo CASANOVA, RONCONI, ZAMATARO (2005) esse processo tem avançado com informações e coleta de dados para análise das contas, como por exemplo, o SICAP Sistema de Cadastro e Prestação de Contas utilizado pelos Ministérios Públicos estaduais.

Segundo (GRAZZIOLI *et al.*, 2015) alguns relatórios normalmente exigidos para prestação de contas das entidades de interesse social são, o plano de trabalho, Relatório de atividades, Demonstrações Contábeis, Informações bancárias, Inventário Patrimonial, Relação Anual de Informações Sociais (Rais), Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), Parecer do Conselho Fiscal, Relatório de Auditoria Independente, Cópia de Convênio, Contrato e Termo de Parceria e Siconv.

Entretanto vale ressaltar que a DIPJ foi extinta sendo sua última entrega relativa ao ano base de 2013, sendo substituída em 2015 pela ECF Escrituração Contábil Fiscal.

#### Normas Aplicadas ao terceiro setor

As entidades do Terceiro Setor também devem seguir as leis e no que diz respeito à contabilidade devem seguir as normas brasileiras de contabilidade que estabelece critérios específicos para essas organizações, de acordo com GRAZZIOLI *et al.* (2015) a Resolução nº1305/2010 que aprovou a NBC 07, substituiu a Resolução CFC nº 1026/2005, onde regulamentou o tratamento contábil a assistências governamentais e a subvenções tornando-as

em processo de convergência com os padrões internacionais. E abrangendo as normas contábeis específicas para as entidades sem finalidade de lucro.

Essa Resolução trata sobre os procedimentos contábeis que devem ser aplicados a entidades sem fins lucrativos, sendo doações e subvenções governamentais, que são um auxílio pecuniário, porém não necessariamente deve ser. Bem como sobre as regras e definições pertinentes.

Em 21/09/2012 foi alterada pela ITG 2002 (R1) em 02/09/2015, no que diz respeito ao reconhecimento de receitas e divulgação das demonstrações contábeis complementadas com notas explicativas, a qual está em vigor atualmente.

Quanto aos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento do presente artigo será adotado a pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa por meio da técnica do levantamento ou *survey*.

Quanto à pesquisa descritiva, esta tende a observância dos fatos, em seguida, registrá-los, e ainda, interpretá-los e classificá-los, sem que o pesquisador interfira neles assim como apresentado por BEUREN (2006)

Quanto à condução dos procedimentos será utilizada a técnica de levantamento ou Survey que segundo GIL (1999). As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Trata-se de uma pesquisa que se utiliza de aplicação de questionários a um grupo de pessoas para chegar a uma conclusão, para isto será aplicado um questionário nas instituições de Defesa e Garantia de Direitos que por meio dele será possível levantar as informações contábeis utilizadas para gestão das mesmas.

Para a aplicação do questionário será selecionada uma amostra que de acordo com BEUREN (2006) se define como um subconjunto da população, uma parcela, convenientemente selecionada do universo a ser pesquisado. Sendo assim pode-se ressaltar que amostra é uma parcela de uma população que se usa para analisar o todo.

No referido estudo, na classificação de entidades não governamentais disponibilizadas no portal do município de Cascavel, Paraná, optou-se pelo grupo de entidades de Defesa e Garantia a Direitos, que possui uma população de 5 entidades onde será selecionada a amostra para aplicação de um questionário.

De acordo com BEUREN (2006) a pesquisa quantitativa se dá com análises dos instrumentos estatísticos, seja no tratamento de dados ou na coleta. Assim sendo, a pesquisa

quantitativa é usada nas situações nas quais a pretensão é validar estatisticamente uma hipótese, não sendo necessário compreender os motivos por trás das respostas.

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para elaboração do presente estudo foi aplicado um questionário composto de 18 questões, sendo 17 objetivas e uma discursiva relacionadas às entidades, e as demonstrações contábeis elaboradas por elas. O questionário foi destinado às entidades do ramo de defesa e garantia de direitos, formado por 5 instituições, das quais 4 se propuseram a responder.

O perfil dos respondentes foram 75% composto por mulheres e 25% homens, com idade entre 44 e 69 anos. Identificou-se que 75% destes têm formação profissional que envolve pedagogia e especializações, apenas 25% não tem ou não informou a formação profissional. Ocupam cargo de diretoria ou tesouraria, com uma faixa de 6 a 26 anos de atuação na instituição.

### Quadro 1: Perfil das Entidades

Informações	Inst. 1	Inst. 2	Inst. 3	Inst. 4
Ano de fundação	1975	1996	1971	1991
Quantidade de funcionários	Mais de 20	1 a 5	Mais de 20	Mais de 20
Em seu modelo Administrativo observa:	Missão, Visão, Valores e Objetivos.	Objetivos	Missão, Visão, Valores e Objetivos	Missão e bjetivos

Fonte: Questionário aplicado (2017)

Observa-se no quadro um que as entidades têm um longo período de atuação, com faixa de 21 a 46 anos de existência e 75% delas possuem mais de 20 funcionários e apenas 25% tem de 1 a 5 funcionários.

Na gestão administrativa as instituições visam cumprir a missão, visão, valores e objetivos traçados pelas mesmas, segundo relataram 50% das entidades pesquisadas, 25% delas relataram analisar a missão e os objetivos da entidade enquanto os 25% restantes afirmaram observar apenas os objetivos traçados para guiar a administração.

### Quadro 2: Área de Atuação das Entidades

Área de Atuação	Inst. 1	Inst. 2	Inst. 3	Inst. 4	%
Assist. Social					100%



Cultura		-	-	-	25%
Educação		-			75%
Esporte	-		-	-	25%
Meio Ambiente	-	-	-	-	-
Saúde	-	-			50%
Outros	-		-	-	25%

Fonte: Questionário aplicado (2017)

De acordo com o quadro dois que trata sobre as diferentes áreas de atuação das entidades pesquisadas notou-se que 100% delas trabalham com a assistência social, 25% com a cultura, 75% estão envolvidos com a questão educacional dos pacientes, enquanto 25% também trabalham com o esporte, e 50% na área da saúde, e desenvolvem outras atividades que não foram citadas pela respectiva instituição.

Dentre as formas mais utilizadas pelas entidades para adquirir recursos para própria manutenção e das atividades desenvolvidas 100% das instituições afirmaram necessitar de doações, 75% delas recebem auxílio de voluntários, produzem eventos beneficentes para arrecadar fundos, e 25% afirmam receber contribuição dos associados. Bem como 50% recebem auxílio do governo municipal, estadual e federal.

Quando solicitadas informações contábeis, os respondentes indicaram ter conhecimento contábil entre 06 e 09 em uma escala de 01 a 10, o que indica um bom conhecimento dessa área.

A contabilidade desenvolvida é externa em 75% das instituições e em 25% delas é interna, entretanto, alguns controles e questões administrativas são desempenhadas dentro de cada instituição.

### Quadro 3: Controles Contábeis elaborados

Controles	Inst. 1	Inst. 2	Inst. 3	Inst. 4	%
Caixa					100%
Contas a receber	-	-			50%
Contas a pagar		-			75%
Despesas		-			75%
Estoque	-	-			50%
Imobilizado	-	-			50%
Receitas		-			75%

Outros	-	-	-	-	-
--------	---	---	---	---	---

Fonte: Questionário aplicado (2017)

De acordo com os controles contábeis mencionados no quadro acima se pode analisar que todas as entidades tendem a fazer algum tipo de controle observa-se que 100% das instituições desenvolvem o controle de caixa, 50% tem controle das contas a receber, e 75% delas tem o controle de contas a pagar, das despesas geradas e receitas obtidas pela entidade, enquanto 50% fazem controle de estoque e de imobilizado. Nota-se que com os tais controles a administração consegue ter uma base para a tomada de decisão quanto aos recursos obtidos pela mesma.

#### Quadro 4: Apuração e divulgação das demonstrações

Demonstrações		Inst. 1	Inst. 2	Inst. 3	Inst. 4	%
B.P	Apuração		-			75%
	Divulgação		-			75%
DRE	Apuração		-			75%
	Divulgação		-			75%
DMPL	Apuração		-	-		50%
	Divulgação		-	-		50%
DFC	Apuração		-			75%
	Divulgação			-		75%
Notas Explicativas	Apuração		-			75%
	Divulgação		-	-		50%
Outras	Apuração			-	-	50%
	Divulgação	-	-	-	-	-

Fonte: Questionário aplicado (2017)

Diante do quadro acima apresentado pode-se observar que todas as entidades têm a obrigação de apurar as demonstrações contábeis. Ao ser analisado observou-se que 75% das entidades fazem a apuração de divulgação do Balanço patrimonial, na demonstração do Resultado do exercício cerca de 75% faz apuração deste demonstração porem 50% faz a divulgação, na Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido cerca de 50% faz apuração e 25% faz a divulgação, na Demonstrações dos Fluxos de Caixa 75% faz a apuração das demonstrações e 50% faz a divulgação, nas Notas Explicativas 75% faz a apuração

porem 50 % faz a apuração de outras demonstrações que não foram citadas, porem nenhuma das entidades divulga.

**Quadro 5: Relatórios desenvolvidos para Prestação de Contas**

RELATÓRIOS	Inst. 1	Inst. 2	Inst. 3	Inst. 4	%
Plano de trabalho					100%
Demonstrações Contábeis		-			75%
Informações bancárias		-			75%
Relação Anual de Inf. Sociais		-	-		50%
Parecer do Conselho Fiscal		-			75%
Cópia de Convênio					100%
Sistema de Convênios (Siconv)	-	-			50%
Relatório de atividades		-			75%
Inventário Patrimonial	-	-	-		25%
Relatório de Auditoria Independente	-	-			50%
Contrato e Termo de Parceria					100%
Outros	-	-	-	-	-

Fonte: Questionário aplicado (2017)

No quinto quadro apresenta-se o processo de prestação de contas, que com a aplicação dos questionários obteve-se os seguintes percentuais: 75% das entidades afirmaram prestar contas aos colaboradores, governo e a sociedade de maneira geral e 25% delas prestam contas aos colaboradores e ao governo somente. Para que seja realizada a prestação de contas é necessária à apresentação de alguns relatórios por parte das entidades que foram mencionados acima, onde se observa que apenas o plano de trabalho, cópia de convenio e o contrato e termo de parceria são apresentados por 100% das entidades pesquisadas, enquanto o inventário patrimonial é o relatório com menor índice de apresentação no processo de prestação de contas das instituições.

Uma das questões do questionário tratava sobre o processo de aquisição de produtos ou serviços onde 50% das organizações pesquisadas indicaram que adquirem produtos e serviços sem necessidade de fazer licitações, somente elaborando três orçamentos e 50% das entidades faz esse processo por meio de um processo licitatório, quando o recurso for de origem governamental e ultrapassar R\$ 150.000,00, se o valor for menor são solicitados orçamentos conforme afirmado acima.

E para esses gastos e também previsão de receitas 100% das entidades afirmou elaborar orçamento para previsão de gastos, que é desenvolvido de forma semelhante por 50% delas, onde no processo inicial é feito um mapa corporativo de preço e apresentado ao gerente da instituição, após aprovação são solicitadas três propostas de orçamento em papel timbrado e assinado. Porém 25% das organizações descreveram que o orçamento é desenvolvido através de uma planilha que deve ser aprovada pelo conselho de assistência social. Quanto às receitas não se obteve respostas concretas.

#### **Quadro 6: Informações consideradas para tomada de decisão**

<b>Informações</b>	<b>Inst. 1</b>	<b>Inst. 2</b>	<b>Inst. 3</b>	<b>Inst. 4</b>	<b>%</b>
Caixa da entidade		-			75%
Dívidas existentes		-	-	-	25%
Investimento desejado		-			75%
Orçamento projetado					100%
Projeção de despesas		-	-		50%
Projeção de receitas		-			75%

Fonte: Questionário aplicado (2017)

As informações apresentadas no sexto quadro demonstram que 50% das entidades pesquisadas consideram todas as informações propostas desde o caixa até a projeção de receitas como informações relevantes para a tomada de decisão. Entretanto 25% não consideram a projeção de despesas no processo decisório, e os 25% restantes analisam apenas o orçamento projetado quando necessitam tomar uma decisão.

De acordo com o relatado pelas instituições todas afirmam que as informações contábeis geradas são consideradas no processo de tomada de decisão e são de alto grau de confiabilidade.

#### **CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nas pesquisas desenvolvidas e nas informações coletadas pode-se concluir que, o terceiro setor é um conjunto de instituições sem fins lucrativos que possuem autonomia administrativa e tem como objetivo prestar os mais variados serviços de forma voluntária para a sociedade visando auxiliar grupos sociais mais desfavorecidos. As entidades do terceiro setor dividem-se em duas categorias distintas, sendo elas: Associações e Fundações.

Entrando na esfera contábil, a maior parte das entidades pesquisadas tem a contabilidade externa, onde são desenvolvidos principalmente os relatórios contábeis de

caixa, contas a pagar, controle de despesas e receitas afirma a maior parte delas. Bem como as demonstrações contábeis que são elaboradas e divulgadas pelas mesmas, pode-se citar o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração dos Fluxos de caixa com maiores percentuais. No processo de prestação de contas a maioria das instituições afirmou prestar contas ao governo, aos colaboradores e a sociedade de forma geral.

Portanto pode-se analisar que a grande parte das instituições pesquisadas se preocupa com as questões contábeis, em cumprir as obrigações legais enquanto associações e em prestar contas não somente para o governo, mas para todos que participam das atividades desenvolvidas, de como utilizam os recursos arrecadados, e demonstra preocupação em cumprir a missão que se propuseram. Por isso, levam as informações geradas pela contabilidade em consideração no momento de tomar decisões, para que empreguem os recursos da melhor forma para que a continuidade da entidade seja certa e continue desempenhando o papel social que se propôs. Pois afirmaram que as informações contábeis geradas são de alto grau de confiabilidade e todo o conjunto social, administrativo, e contábil, desenvolvido demonstram preocupação com o bom desempenho das atividades desenvolvidas fazem parte de uma gestão de qualidade.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria, **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**, São Paulo, Atlas, 2006.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CFC N.º 1.283/10**, de 28 de Maio de 2010. Revoga as Resoluções CFC n.ºs 686/90, 732/92, 737/92, 846/99, 847/99, 887/00 e 1.049/0. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/TerceiroSetor.pdf>> Acesso em: 12/05/2017.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CFC N.º 1.283/10**, de 17 de Setembro de 2010. Aprova a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Disponível em <<http://www1.cfc.org.br>> Acesso em: 27/05/2017.

BRASIL. **RESOLUÇÃO ITG 2002 (R1)**, de 21 de Agosto de 2015. – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/2015/ITG2002\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/2015/ITG2002(R1))> Acesso em: 29/05/2017.

BURIN, Virgílio **DELINEAMENTO CONCEITUAL DE UM SISTEMA DE CUSTOS PARA UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR**, 2008. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais>> Acesso em: 07/07/2017.

CARDOSO, Univaldo, [et al.] – Brasília: SEBRAE, Associação – Série Empreendimentos Coletivos, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecas.sebrae.com.br>> Acesso em: 12/05/2017.

CASONOVA, Maria Amélia Renó, ZAMATARO, Mario Augusto Jaceguay, RONCONI, Otavio Augusto Kaiel, **Fundações e entidades do terceiro setor: Orientações e providências preliminares**, 2005. Disponível em: <<http://www.fundacoes.mppr.mp.br>> Acesso em: 26/05/2017.

CICONELLO Alexandre, QUIROGA Ana Maria, **Entidades de defesa de direitos**, 2005. Disponível em <[http://www.cfess.org.br/pdf/abong\\_loas2005.pdf](http://www.cfess.org.br/pdf/abong_loas2005.pdf)> Acesso em: 28/05/2017.

GIL, Antonio Carlos, **Método e Técnicas de Pesquisa Social**, São Paulo, Atlas: 2008. Disponível em:< <https://ayanrafael.files.wordpress.com>>. Acesso em: 26/05/2017.

GRAZZIOLI, Airton. [et al.]. **Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social** - Brasília: CFC : FBC 2015. Disponível em: [http://portal.convenios.gov.br/images/manuais/Manual\\_de\\_Procedimentos\\_para\\_o\\_Terceiro\\_Setor.pdf](http://portal.convenios.gov.br/images/manuais/Manual_de_Procedimentos_para_o_Terceiro_Setor.pdf). Acesso em: 28/05/2017.

HANAOKA, Takii Cássia Harue, LEON, Diaz, Agüero, Felix Hugo. **Análise de Demonstrações Contábeis na Gestão Financeira de uma Entidade Sem Fins Lucrativos**, 2013. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php>> Acesso em: 07/07/2017.

**Manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse social** / Conselho Federal de Contabilidade. 2ª Ed. - Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Manual\\_procedimentos2008.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Manual_procedimentos2008.pdf)> Acesso em: 12/05/2017.

MELCHOR, Paulo. **O que é associação sem fins lucrativos? Como constituir e como é tributada?** 2011. Disponível em:< <http://www2.unifap.br>> Acesso em 30/06/2017.

**Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TE – Entidades sem Finalidade de Lucros**, 2016. Disponível em: <<http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Entidadessemfinalidadedelucro.pdf>>. Acesso em:

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. **Uma Investigação sobre a Prestação de Contas das Entidades do Terceiro Setor Brasileiro**, 2009. Disponível em:<<http://repositorio.ufpe.br>> Acesso em: 04/07/2017.

SlomskiValmor, Rezende Amaury José, Cruz Cassia Vanessa Olak Alves e Olak Paulo Arnaldo. **Contabilidade do Terceiro Setor Uma Abordagem Operacional- Aplicável às Associações, Fundações, Partidos Políticos e Organizações Religiosas**. São Paulo. Atlas: 2012

**Terceiro Setor - Guia de Orientação para Profissional da Contabilidade**, 2016. Disponível em: <[http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro\\_3setor.pdf](http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf)>. Acesso em: 29/05/2017.